



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 16 de outubro de 2024 \* nº 0636 \* Pág. 001/024



CENTRO ADM. MUNICIPAL

### ATOS DO PREFEITO

PORTARIANº. 1315

Em, 11 de outubro de 2024

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 158.438/2024.

#### RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, **IVONEIDE DE ARAUJO SILVA**, matrícula nº 100.237-8 do cargo em comissão, símbolo DAE-2 de **DIRETORA DE ECONOMIA SOLIDARIA** da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/92F2-9EEB-00ED-B32E> e informe o código 92F2-9EEB-00ED-B32E



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 92F2-9EEB-00ED-B32E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CÍCERO DE LUCENA FILHO** (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/10/2024 15:49:17 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/92F2-9EEB-00ED-B32E>

### SEAD

PORTARIANº 621

Em, 11 de outubro de 2024

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**, no das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003 e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 113.072/2024.

**RESOLVE:** de acordo com o inciso I do artigo 95 da Lei nº 2380 de 26 de março de 1979(Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa) exonerar, a pedido, **NERIVAL BARBOSA DE LUCENA FILHO**, matrícula nº 057-4, ocupante do cargo de **MÉDICO**, lotado na **FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO** da **SECRETARIA DA SAÚDE**.

II – Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

**ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES**  
Secretário da Administração

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A998-4105-F1D0-A12E> e informe o código A998-4105-F1D0-A12E



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: A998-4105-F1D0-A12E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES** (CPF 007.XXX.XXX-05) em 15/10/2024 10:28:21 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A998-4105-F1D0-A12E>

EXPEDIENTE Nº 173/2024

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no Decreto Municipal n.º 4.771, de 20.01.03, **INDEFERIU** os seguintes processos:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	ASSUNTO
116.968/2024	CRISTIANE LEITE BARRETO	82.126-8	SEDEC	PROGRESSÃO FUNCIONAL
95.865/2022	EMMANUELLY DE ALMEIDA MORAIS	82.853-0	SEDEC	PROGRESSÃO FUNCIONAL
64.921/2024	FABRIZIA DOS SANTOS FARIAS	83.281-2	SEDEC	PAGAMENTO DE HORAS DE ATIVIDADES
121.340/2024	GENILDO DA SILVA SOUZA	14.995-1	SEAD	AUXILIO FUNERAL
144.733/2024	GLÁUCIA CATHARINE R. ARNAUD DE MELO	92.711-2	SMS	LICENÇA SEM VENCIMENTO
105.672/2022	IVANIA SALES DE BARROS TENÓRIO	82.082-2	SEDEC	PROGRESSÃO FUNCIONAL
125.043/2024	JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA BASTOS	23.648-9	SEAD	PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA
127.045/2022	KYSHA DE LIMA SILVA	84.818-2	SEDEC	PROGRESSÃO FUNCIONAL
149.159/2024	LILIAN LIRA AMORIM XAVIER	18.366-1	SEAD	CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA
149.141/2024	LIZETE LIRA AMORIM	09.023-9	SEGOV	CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA
162.348/2023	MARIA DAS NEVES DA SILVA DIAS	59.928-0	SEDEC	PROGRESSÃO FUNCIONAL
150.997/2024	SEVERINO PAULO RODRIGUES FILHO	26.810-1	SEMUSB	ABONOS DE PERMANÊNCIA E PREVIDENCIÁRIO
96.043/2024	SIMONE MARIA FALCÃO BEZERRA.	32.750-6	SMS	LICENÇA ESPECIAL PARA GOZO

Em 15 de outubro de 2024

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Secretário da Administração

EXPEDIENTE Nº 174/2024

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, Inciso IV, parágrafo único da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no artigo 1º, inciso I, alínea j, do Decreto Municipal n.º 4.771, de 20.01.03 **DEFERIU** os seguintes processos de **ABONO PREVIDENCIÁRIO**:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	ASSUNTO
149.728/2024	ADRIANO FERNANDES DA SILVA	26.824-1	SEMUSB	ABONO PREVIDENCIÁRIO
114.484/2024	BERNARDO MEIRA ÂNGELO	29.258-3	SEDEC	ABONO PREVIDENCIÁRIO
74.810/2024	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA DOS SANTOS	24.973-4	SEMUSB	ABONO PREVIDENCIÁRIO
136.872/2024	JACINTA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA	24.967-0	SEDEC	ABONO PREVIDENCIÁRIO
127.874/2023	JOSÉ GOMES DE ANDRADE FILHO	24.224-1	SEMUSB	ABONO PREVIDENCIÁRIO
120.121/2024	MARIA LAUDICEA DA SILVA	30.738-6	SEDEC	ABONO PREVIDENCIÁRIO
124.344/2024	NICODEMOS GOMES DE LIMA	23.973-9	SEMUSB	ABONO PREVIDENCIÁRIO

Em 15 de outubro de 2024

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Secretário da Administração

EXPEDIENTE Nº 175/2024

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, parágrafo único da Lei Orgânica para Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e consoante a delegação de competência expressa no artigo 1º, inciso I, alínea j, do Decreto Municipal nº 4.771 de 20/01/03. **DEFERIU** os seguintes processos de **LICENÇA ESPECIAL PARA GOZO**:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	PERÍODO	DIAS
153.401/2024	JARBAS DE ASSIS CLEMENTINO	24.689-1	SEMUSB	2º decênio (1998/2008 )	170 (cento e setenta)

Em 15 de outubro de 2024

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Secretário da Administração



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**  
Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**  
Sec. de Gestão Governamental: **Aldrovando Grisi Júnior**  
Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**  
Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**  
Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**  
Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**  
Secretaria da Finanças: **Brunno Sítio Fialho de Oliveira**  
Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**  
Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**  
Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**  
Secretaria de Direitos Humanos: **Maria Benicleide da Silva Silvestre**  
Procuradoria Geral do Município: **Danilo de Sousa Mota**  
Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rougger Xavier G. Júnior**  
Controlad. Geral do Município:

Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**  
Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**  
Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Vaulene de Lima Rodrigues**  
Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**  
Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**  
Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivonete Porfírio Martins**  
Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Rodrigo Fagundes de Figueiredo Trigueiro**  
Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**  
Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**  
Sec. de Seg. Urbana e Cidadania: **Luiz Eduardo Menezes Soares**  
Secretaria da Defesa Civil: **Jailton Gomes Bezerra**  
Suprerint. de Mobilidade Urbana: **Expedito Leite Silva Filho**  
Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo José Veloso**  
Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**  
Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

# DIÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**  
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental  
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3213.5277  
diariomjp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joao Pessoa.pb.gov.br

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://eodocappi.com.br/verificacao/2297-533C-62DF-3841> e informe o código 2297-533C-62DF-3841



Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://eodocappi.com.br/verificacao/2297-533C-62DF-3841> e informe o código 2297-533C-62DF-3841





Código para verificação: E2B7-B32C-92DF-3B41

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 15/10/2024 12:30:10 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E2B7-B32C-92DF-3B41>

SMS

PORTARIA Nº. 096/2024 João Pessoa, 15 de outubro de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,  
Considerando a necessidade de não permitir solução de continuidade em atos que exijam o exercício das atribuições de DIRETORA DE ATENÇÃO À SAÚDE da Secretaria de Saúde de João Pessoa/PB;

RESOLVE

Artigo 1º - Designar a servidora JULIANA MONTENEGRO MENEZES NEIVA, matrícula 68172-3 para responder pelas atribuições de DIRETORA DE ATENÇÃO À SAÚDE da Secretaria de Saúde de João Pessoa/PB; fim de que este realize todos os atos que constituem o conjunto das atribuições do cargo retro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua assinatura.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Secretário de Saúde do Município de João Pessoa

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E78D-EA00-D273-F214> e informe o código E78D-EA00-D273-F214



Código para verificação: E78D-EA00-D273-F214

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 15:00:45 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E78D-EA00-D273-F214>

SEDHUC

Portaria Nº 20/2024 Em, 09 de outubro de 2024.

DISPÕE ACERCA DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, REFERENTE AO EDITAL Nº 001 FMDCA/CMDCA2024.

A SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições previstas no art. 30, do Decreto Municipal nº 9.905, de 11 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º. Designar como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, referente ao Edital nº 001 FMDCA/CMDCA2024, os seguintes servidores:

I – MAX GLEIDSON DA SILVA RAMOS, matrícula nº 01.214-6, Representante da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEDHUC, como Presidente da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

II – JOANA D'ARC MARCELINO DA SILVA, matrícula nº 100.937-2, Representante da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEDHUC, como Membro Titular da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

III – INARAYKARLA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº 100.464-8, Representante da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEDHUC, como Membro Titular da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

IV – ANDRIELLY DE SOUZA MENEZES, matrícula nº 101.784-7, Representante da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEDHUC, como Membro Titular da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

V – ANA IZABEL HONÓRIO DE H. MELO, matrícula nº 76.853-7, Representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, como Membro Titular da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

Art. 2º. Os serviços prestados pelos servidores, ora designados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º. Esta Portaria retroage seus efeitos a 09 de outubro de 2024

MARIA BENICLEIDE SILVA SILVESTRE  
Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



SETUR

EDITAL DE CHAMAMENTO SETUR 002.2024

O Município de João Pessoa – Estado da Paraíba, através da Secretaria Municipal de Turismo, doravante SETUR, torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO** para **PERMISSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO**, para fim de uso comercial de BOXES no **CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA (CAT) LEORNAD JONHSON**, localizada na Avenida Almirante Tamandaré, S/N – Tambaú, Município de João Pessoa - PB, processada e julgada pela Lei Orgânica Municipal e outros instrumentos que disciplinam a matéria, neste Edital e seus Anexos e no Termo de Permissão de Uso, cujos termos, igualmente, integram este Edital.

**1. DO OBJETO:** O objeto do presente **EDITAL DE CHAMAMENTO** é a permissão de uso a título oneroso de 04 (quatro) boxes existentes no **CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA (CAT) LEORNAD JONHSON**, doravante denominado simplesmente **CAT**, para uso comercial e exclusivamente para comercialização de serviços turísticos, especificamente de guias de turismo, operadores de bugues, operadores de turismo náutico e mergulho e de transporte turístico.

**1.1** Será destinado 1 (um) BOX para cada uma das 4 (quatro) atividades acima elencadas, sendo 1 (um) para guias de turismo, 1 (um) para operadores de bugues, 1 (um) para operadores de turismo náutico e mergulho e 1 (um) para transporte turístico.

**2. DO PRAZO DA PERMISSÃO:** O prazo da permissão, contados a partir da data de assinatura do contrato, é de 01 (um) ano, podendo a Administração Municipal, caso haja interesse, renová-la por igual período, ou de pleno acordo entre as partes, desde que não ultrapasse a lei que normatiza.

**3. DO VALOR:** A permissão de uso dos boxes terá o valor mensal calculado na forma do

Anexo X do Decreto 6.829 de 11 de março de 2010 (UFIR x 0,3 (30%) x metro²).

**4. DO PAGAMENTO:** O valor a ser pago mensalmente pela permissão de uso deverá ser recolhido mediante depósito na conta bancária de titularidade do FUMTUR, até o dia 10 (dez) de cada mês, sendo que a inadimplência acarretará multa de 2% e correção monetária pelo IPCA.

**4.1** Se o débito não for quitado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a permissão será automaticamente revogada.

**5. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

**5.1** Serão admitidas a se cadastrarem neste Chamamento Público pessoas jurídicas constituídas, exclusivamente, na forma de **SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS**, com o ramo de atividade compatível com o objeto do presente edital, especificamente: guias de turismo, bugueiros, operadores de turismo náutico e mergulho e de transporte de passageiros, doravante denominadas simplesmente **PERMISSIONÁRIA (S)**.

**5.2** Não será admitida a participação de sindicatos, associações e cooperativas que estejam nas seguintes situações:

**5.2.1** Em regime de falência ou que se encontrem em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**5.2.2** Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração inscritos no Cadastro Central de Fomecedores do Município de João Pessoa - PB, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

**5.2.3** Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

**5.2.4** É vedada a participação direta ou indireta neste chamamento de sindicatos, associações e cooperativas dirigidas por servidor ou dirigente da Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta.

**5.3** O credenciamento feito pelo interessado significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste Edital e total sujeição à legislação pertinente.

**6. DO CREDENCIAMENTO E DOS DOCUMENTOS**

**6.1** O credenciamento deverá ser realizado pelo interessado até o dia 25 de outubro de 2024 na sede da **Secretaria Municipal de Turismo (SETUR)**, localizada na Rua Diogo Velho, 150, Centro – João Pessoa, Paraíba, das 08 às 13h30m.

**6.2** Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados no ato do credenciamento, apresentados em original, em cópias autenticadas por cartório ou por funcionário do setor administrativo da SETUR.

**DOCUMENTOS**

- a) Requerimento de Inscrição.
  - b) Estatuto Social.
  - c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais);
  - d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais);
  - e) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal ((Certidão Negativa de Débitos Federais);
  - f) Prova de regularidade relativa ao fundo de garantida por tempo de serviço (FGTS);
  - g) Certidão negativa de falência e recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do proponente, com data não anterior a 60 dias da data constante no item “I” deste edital ou a validade constante na mesma, prevalecendo esta última;
  - h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
  - i) Declaração do proponente de que não foi declarado inidôneo pela Administração, Direta ou Indireta, Municipal, Estadual e Federal;
  - j) Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme;
- 6.3** Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. Não constando a validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data de emissão.
- 6.4** Havendo mais interessados que o número de espaço, a permissão será concedida à entidade mais antiga, seguindo-se como critério de desempate o número de associados. Permanecendo o empate, a SETUR procederá ao sorteio do (s) espaços um a um, conforme cronograma de execução.

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725>



Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725>



Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725>



Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725>





6.5 Na hipótese de realização do sorteio, o inscrito deverá estar presente, presumindo-se a desistência do espaço em sua ausência, salvo representado por procuração.

7. CONDIÇÕES DA PERMISSÃO DE USO, PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS E DEVERES DAS PERMISSIONÁRIAS.

7.1 Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação no PROCESSO DE CHAMAMENTO, apresentando sempre que solicitados pela SETUR os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.

7.2 Cumprir fielmente todos os prazos previstos neste Edital e demais leis e normas anexas a este.

7.3 Pagar mensalmente, através de depósito na conta indicada no termo de permissão, até o dia 10 (dez) de cada mês, o valor correspondente à contraprestação devida.

7.4 Prestar serviços eficientes para todos os consumidores, cumprindo todas as exigências fiscais, com a emissão de nota fiscal para todos os serviços comercializados.

7.5 Acatar prontamente as determinações da SETUR, especialmente da Gerência do CAT, a quem compete a administração dos BOXES.

7.7 Atender a todas as prescrições legais e regulamentadoras

7.8 A PERMISSIONÁRIA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e de todos os atos por eles praticados.

7.9 À PERMISSIONÁRIA é vedada a realização de qualquer tipo de obra nos boxes, salvo aquelas que se revestirem de urgência.

7.10 A PERMISSIONÁRIA deverá assumir, de forma objetiva, toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, pela eventual execução das obras no espaço concedido, devendo indenizar a municipalidade e/ou terceiros por todo e qualquer prejuízo ou danos causados, inclusive ao patrimônio público, que venham ocorrer por conta da execução do Termo de Permissão de Uso.

7.11 A PERMISSIONÁRIA obriga-se a atender e zelar pela manutenção de todas as determinações emanadas, atuais e futuras, dos órgãos responsáveis pela preservação do CAT.

7.11 A PERMISSIONÁRIA deverá observar com rigor as disposições do Código do Consumidor.

7.12 Não utilizar a área concedida para fins diversos do estabelecido neste Edital.

7.13. Não ceder no todo ou em parte, a área objeto da concessão a terceiros, seja a que título for.

8. DOS DEVERES DO PODER CONCEDENTE:

8.1 Proceder à vistoria final para a verificação da adequação das instalações e equipamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos.

8.2 Autorizar formalmente o início das operações.

8.3. Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente, no

Termo de Concessão de Uso.

8.4. Entregar às PERMISSIONÁRIAS a área escolhida totalmente livre e desembaraçada de pessoas e coisas.

8.5 Declarar extinta a concessão, quando não observadas as condições previstas neste Edital e Anexos.

8.6 Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e contratuais.

8.7 Verificar semanalmente as condições e higiene, limpeza e asseio dos locais e equipamentos utilizados para a execução dos serviços;

8.8 Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da entidade que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira;

8.9 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o presente instrumento e o respectivo Contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

9.1 Os boxes disponíveis para o presente chamamento são os de números 03 (três) a 06 (seis), sendo a escolha definida mediante sorteio.

9.2 O prazo para a ocupação e necessárias adequações dos espaços a serem concedidos, constantes do objeto deste EDITAL DE CHAMAMENTO, é de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da assinatura do Termo de Permissão, prorrogáveis por igual período em caso de fatos superveniente se autorizados pela SETUR.

Maiores informações na Secretaria Municipal de Turismo - SETUR, situada na Rua Diogo Velho, Centro, João Pessoa – PB.

João Pessoa, 15 de outubro de 2024

DANIEL RODRIGUES DE LACERDA NUNES  
Secretário Municipal de Turismo

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725> e informe o código 572F-F8F7-41E4-6725



Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725> e informe o código 572F-F8F7-41E4-6725



Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725> e informe o código 572F-F8F7-41E4-6725



Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO EUGENIO GOUVEIA NEIVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/572f-f8f7-41e4-6725> e informe o código 572F-F8F7-41E4-6725



CGM

ORIENTAÇÃO NORMATIVA - CGM Nº 13, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024.

A CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 3º da Lei Municipal nº 12.150, de 9 de setembro de 2011, resolve expedir a presente Orientação Normativa, nos seguintes termos:

**Art. 1º** Os servidores das entidades da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de João Pessoa, quando envolvidos na contratação de materiais, equipamentos, serviços ou gêneros por meio de Pregão, devem observar o disposto nesta Orientação Normativa.

**Art. 2º** A lista de verificação relacionada a seguir deverá ser juntada nos processos de Pregão, de acordo com o seu objeto, servindo como instrumento de transparência e eficiência, logo após a conclusão da fase interna:

a) Anexo I – Lista de Verificação para Aquisição de Bens e Serviços.

Parágrafo primeiro. No caso de eventuais solicitações de análises prévias pela CGM de Processos de Pregão, aqueles que não apresentarem a juntada da lista de verificação constante no Anexo I ou com seu preenchimento incompleto serão rejeitados aos órgãos/entidades de origem, visando o atendimento prévio do contido nesta Orientação Normativa.

Parágrafo segundo. A lista de verificação constante no Anexo I deverá ser preenchida por membro da Comissão de Conformidade e Transparência, o qual deverá ao final apor a data da realização do preenchimento e assinar, identificando sua matrícula.

**Art. 3º** Os itens constantes da lista de verificação sujeitam-se à verificação, controle e auditoria pela Controladoria-Geral do Município.

Parágrafo único. A ausência de possíveis documentos/informações exigidos pela legislação vigente, mas não contemplados na lista de verificação, não exime o órgão/entidade contratante de providenciar a sua tempestiva juntada aos autos.

**Art. 4º** Esta Orientação Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ HAROLDO BARBOSA PEREIRA  
Secretário Executivo/CGM

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO – INSTRUÇÃO PROCESSUAL.  
PREGÃO – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS  
LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

Órgão/Entidade: \_\_\_\_\_

Processo nº: \_\_\_\_\_

Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.

ATOS A SEREM VERIFICADOS	FUNDAMENTO	S / N / NA	FL. OU Nº DESPACHO	OBSERVAÇÃO
FASE INTERNA - PREPARATORIA				
I - DAS FORMALIDADES INICIAIS				
1. O processo administrativo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, constando assinatura do responsável pela abertura do processo?	- Lei nº 9.784/99 (art. 5º) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, I, II)			
2. Consta documento de formalização da demanda com a solicitação/requisição do objeto da contratação, com a respectiva justificativa da necessidade da contratação e do meio e modalidade de licitação adotado, elaborada por servidor com atribuição para essa atividade?	- Lei nº 14.133/21 (art. 18, § 1º, I) - Lei nº 9.784/99 (arts. 5º e 6º) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, I e II)			
3. Consta autorização da autoridade competente para abertura do processo licitatório?	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, XIII)			
4. O pregoeiro será realizado de forma presencial ou eletrônica? Sendo presencial, consta justificativa para a escolha dessa modalidade?	- Lei nº 14.133/21 (art. 17, § 2º) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 12 e 13)			
II - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR				
5. Existe estudo técnico preliminar elaborado, preferencialmente, por profissional técnico dotado de qualificação compatível com as especificações dos serviços a contratar ou dos bens a adquirir, com a fundamentação e os requisitos da contratação, bem como aprovação do mesmo por autoridade competente ou por quem a mesma delegar, elaborado com base nas disposições previstas no art. 18, I e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.133/21, bem como nos arts. 8º ao 10 do Dec. Municipal nº 10.541/24?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "b" a "d") - Lei nº 14.133/21 (art. 18, §§ 1º, 2º e 3º) - Dec. Municipal nº 10.541/24 (arts. 8º ao 10)			
6. Consta demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, quando for o caso?	- Lei nº 14.133/21 (art. 12, VII e § 1º; art. 18, caput e § 1º, II)			

	- Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 4º, I e arts. 5º ao 7º)			
III - DO TERMO DE REFERÊNCIA				
7. Existe Termo de Referência, aprovado pela autoridade competente, contemplando, de forma individualizada ou conjunta, os seguintes pontos?				
Obs: O Termo de Referência deve observar as disposições expressas no art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/21 e art. 40, §§ 1º a 4º, bem como nos arts. 11 e 12 do Dec. Municipal nº 10.541/24.				
7.1 Elementos que embasam a avaliação do custo pela administração, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidas e da condição de entrega do objeto com as seguintes informações:				
7.1.1 Requisição formal da área demandante, contendo justificativa/fundamentação para a contratação (necessidade) sob a perspectiva do interesse público?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "b" e art. 18, § 1º, I) - Lei nº 9.784/99 (arts. 5º e 6º) - Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, II)			
7.1.2 Definição clara e detalhada do objeto contratual e dos métodos para a sua execução?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "a" e "c") - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, II, a) - Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, I, V e VI)			
7.1.3 Especificação do produto (preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização), observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança?	- Lei nº 14.133/21 (art. 40, § 1º, I)			
7.1.4 Estimativa da quantidade e do valor da contratação, acompanhadas dos preços referenciais (mapa comparativo de preços), memórias de cálculos e parâmetros para a obtenção dos preços?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "i"; art. 18, § 1º, IV e VI) - Dec. Municipal nº 10.251/23 - Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, IX) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, II, "b" e XI)			
7.1.5 Especificação da garantia exigida e das condições de	- Lei nº 14.133/21 (art. 40, § 1º, III)			

manutenção e assistência técnica, quando for o caso?				
7.1.6 Critérios de medição e de pagamento?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "g") - Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, VII)			
7.1.7 Forma e critérios de seleção do fornecedor?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "h")			
7.1.8 Justificativas para o parcelamento ou não da contratação? No caso de parcelamento, foram consideradas as situações previstas no art. 40, §§ 2º a 4º da Lei nº 14.133/21?	- Lei nº 14.133/21 (art. 18, § 1º, VIII e art. 40, §§ 2º a 4º)			
7.1.9 Nos casos em que for necessário indicar marca ou especificações exclusivas, consta justificativa técnica?	- Lei nº 14.133/21 (art. 41) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, IV, "b")			
7.2 Em caso de aquisição de itens de consumo, estes adequam-se à qualificação de bens de qualidade comum? Se não, consta justificativa, acompanhada de fundamentação legal, para a aquisição?	- Lei nº 14.133/21 (art. 20) - Dec. Municipal nº 10.252/23			
7.3 Cronograma físico e financeiro, se for o caso?	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 7º, § 2º, I)			
7.4 Definição dos critérios de aceitação do objeto, com a indicação dos locais de entrega e das regras para recebimento provisório e definitivo?	- Lei nº 14.133/21 (art. 40, § 1º, II)			
7.5 As especificações fazem menção às condições de guarda/armazenamento que não permitam a deterioração do material?	- Lei nº 14.133/21 (art. 40, IV)			
7.6 Definição de execução do objeto, detalhando como o contrato produzirá os efeitos pretendidos desde o início até o seu encerramento e o modelo de gestão do contrato, incluindo as exigências relativas à manutenção e à assistência técnica?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "e" e "f"; art. 18, § 1º, VII) - Decreto Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, V e VI)			
7.7 Requisitos da contratação e relação dos documentos essenciais à verificação da habilitação, da qualificação técnica e econômico-financeira, se for o caso?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "d") - Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, IV)			



	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, II, "d")			
7.8 Modelo de gestão do contrato, com os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, XXIII, "f" e art. 18, § 1º, X)			
7.9 Previsão de prazo de execução e prazo de vigência?	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 7º, § 2º, I) - Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 11, § 1º, V e VI)			
7.10 Previsão de sanções de forma objetiva, suficiente e clara?	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, II, "c" e 7º, XV) - Lei Municipal nº 15.273/24			
7.11 Tratando-se de matéria relacionada à Tecnologia da Informação ou Comunicação, foram observados os requisitos previstos no art. 12 do Dec. Municipal nº 10.541/2024?	- Dec. Municipal nº 10.541/24 (art. 12)			
IV - DAS JUSTIFICATIVAS				
8. Consta no processo as justificativas elencadas no art. 4º, IV do Dec. nº 10.732/23, quando for o caso?	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, IV)			
V - DA ESCOLHA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO				
9. Consta no processo o ato ou portaria de designação, com suas respectivas publicações, dos agentes envolvidos na licitação ou contratação pública (pregoeiro e equipe de apoio)?	- Lei nº 14.133/21 (art. 8º, caput e §§ 1º e 5º) - Lei Municipal nº 14.781/23 - Dec. Municipal nº 10.372/23 (arts. 3º, 4º, X e art. 6º)			
9.1 Agente de contratação, integrante dos quadros permanentes da Administração?	- Lei nº 14.133/21 (art. 6º, LX e art. 8º, caput) - Lei Municipal nº 14.781/23 (art. 2º, § 1º)			
9.2 Gestor de contrato, integrante dos quadros permanentes da Administração e fiscal(s) de contrato vinculado(s) ao órgão?	- Lei Municipal nº 14.781/23 (art. 7º, §§ 1º, 3º e 4º)			
10. Nos casos em que for admitido a contratação de serviços de empresas ou profissionais especializados, por prazo determinado, para assessoramento técnico, consta justificativa para tal?	- Lei Municipal nº 14.781/23 (arts. 5º, 6º e 8º)			
VI - DA COTAÇÃO DE PREÇOS				
11. A pesquisa de preço/mercado foi realizada de forma ampla e materializada em documento, nos termos constantes no art. 23, da Lei nº 14.133/21 e no Dec. Municipal nº 10.251/23?	- Lei nº 14.133/21 (art. 23) - Dec. Municipal nº 10.251/23			

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HAROLDO BARBOSA PEREIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2F09-EF2E-3888-A8EF> e informe o código 2F09-EF2E-3888-A8EF

5/7



12. Existe comprovação e/ou justificativa de que os valores estimados encontram-se compatíveis com os valores de mercado e no âmbito da Administração Pública (estimativa de despesa e justificativa de preços)?	- Lei nº 14.133/21 (art. 72, II e VII, art. 18, § 1º, VI e art. 23) - Decreto Municipal nº 10.251/23 (art. 7º, § 3º)			
12.1 No caso de a pesquisa de preços envolver conhecimento técnico especializado (ex: bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação, medicamentos e material hospitalar, equipamentos e utensílios laboratoriais etc), esta foi analisada e validada por técnico habilitado na área?	- Decreto Municipal nº 10.251/23 (art. 6º, §§ 7º e 8º)			
12.2 Consta demonstrativo de pesquisas no painel para consulta de preços disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?	- Lei nº 14.133/21 (art. 23, I)			
13. Consta Mapa Comparativo de Preço, elaborado com base na pesquisa de preço realizada?	- Dec. Municipal nº 10.251/23 (art. 3º, parágrafo único)			
VII - DA DOTAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
14. Existe previsão de recursos orçamentários, com indicação das rubricas e com saldo suficiente para fazer frente à despesa, inclusive com documento que comprove a existência do saldo existente?	- Lei nº 14.133/21 (art. 150 e 6º, XXIII, "j") - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, V)			
15. A contratação ora demandada resulta na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação de governo que represente aumento de despesa? Em caso afirmativo, consta nos autos:				
15.1 Estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício em que deva entrar em vigor bem como nos dois exercícios seguintes, se for o caso?	- Lei Complementar nº 101/00 (art. 16, inc. I)			
15.2 Declaração do Ordenador de Despesa de que o gasto necessário à realização da licitação e à consequente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO?	- Lei Complementar nº 101/00 (art. 16, inc. II) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, VI)			
VIII - DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO				
16. Consta minuta do Instrumento Convocatório, elaborado com base nos arts. 7º a 9º do Dec. Municipal nº 10.372/2023, e seus anexos (ata de registro de preços, se for o caso; termo de referência; planilha com os quantitativos e custos unitários etc)?	- Lei nº 14.133/21 (art. 18, V e VI) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, XIII e art. 7º)			
IX - DA MINUTA DO CONTRATO E DA MANIFESTAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA				
17. Consta, anexo ao instrumento convocatório, a minuta de contrato?	- Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 4º, II, "e" e IX)			

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HAROLDO BARBOSA PEREIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2F09-EF2E-3888-A8EF> e informe o código 2F09-EF2E-3888-A8EF

6/7



17.1 Em caso de dispensabilidade da manifestação da Assessoria Jurídica, consta declaração da autoridade competente demonstrando que o ato inclui-se nas hipóteses definidas previamente por ato do Procurador-Geral do Município?	- Lei nº 14.133/21 (art. 53, § 5º) - Decreto Municipal nº 10.248/23 (art. 5º)			
18. Consta Parecer Jurídico aprovando a Minuta do Edital e seus anexos?	- Lei nº 14.133/21 (art. 19, IV e art. 53)			
X - DOS DEMAIS TRÂMITES PROCESSUAIS				
19. Consta no processo Ofício/Despacho de encaminhamento para CALC? Aprovação da despesa pela CALC.	- Dec. Municipal nº 8.316/14 (art. 2º) e 9.686/21			
20. Publicou-se o edital, bem como todos os seus anexos no portal de transparência do Município de João Pessoa, cadastrando corretamente a CHAVE CGM?	- Dec. Municipal nº 9.688/21 (art. 1º) - Dec. Municipal nº 10.372/23 (art. 10)			

Obs: Algumas dessas publicações dão-se apenas na fase externa da licitação, devendo ser cumpridas em momento oportuno, posterior ao envio do processo à CGM.

PRENCHIDO EM: \_\_\_\_\_  
SUPERINTENDENTE RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_ MAT: \_\_\_\_\_  
REVISÃO EM: \_\_\_\_\_  
MEMBRO DA CCT: \_\_\_\_\_ MAT: \_\_\_\_\_



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2F09-EF2E-3888-A8EF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JOSÉ HAROLDO BARBOSA PEREIRA (CPF 181.XXX.XXX-00) em 15/10/2024 10:12:37 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2F09-EF2E-3888-A8EF>

EMLUR

PORTARIA Nº 107/2024

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e conforme Portaria nº 331/2024/TRE-PB/PTR/64ª ZONA, resolve

**COLOCAR** à disposição do Cartório Eleitoral da 64ª Zona Eleitoral, da Comarca da Capital, o Servidor **JAILSON MAURÍCIO DA SILVA, Matrícula 2.565-8** para auxiliar os trabalhos nas Eleições de 2024, (segundo turno) nos dias 16,17,18,21 e 22 de Outubro de 2024.

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 14 de Outubro de 2024

Dê-se conhecimento.


Ricardo José Veloso  
Superintendente

Assinado por 1 pessoa: RICARDO JOSÉ VELOSO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/511E-E108-4F8B-031D> e informe o código 511E-E108-4F8B-031D


7/7








VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 511E-E108-4F8B-031D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RICARDO JOSE VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 15/10/2024 14:17:30 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1 Doc (Assinatura 1 Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/511E-E108-4F8B-031D>

PORTARIA Nº 109/2024


O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 8º e 34, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.242, de 10 de fevereiro de 1992, combinado com a Lei Municipal 10.429/2005, resolve

**COLOCAR** à disposição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDEST, junto ao (SINE/JP) o servidor **EURÍPIDES LEAL DE OLIVEIRA, Matrícula 3.648-0**, com ônus para esta Autarquia, até 31 de Dezembro de 2024.


EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 15 de Outubro de 2024.

Dê-se conhecimento.

**Ricardo José Veloso**  
Superintendente




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C3AF-DE9A-40B0-AB73

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RICARDO JOSE VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 15/10/2024 14:08:28 (GMT-03:00)


Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1 Doc (Assinatura 1 Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C3AF-DE9A-40B0-AB73>

Assinado por 1 pessoa: RICARDO JOSE VELOSO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C3AF-DE9A-40B0-AB73 e informe o código C3AF-DE9A-40B0-AB73



EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-737/2024.

**Objeto:** Aquisição de gênero de alimentação – (proteínas), para atender as necessidades do Instituto Cândida Vargas – ICV.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa MCM Distribuidora De Alimentos Ltda.

**Processo:** 28.721/2023 – 1DOC

**Modalidade:** P. E. Nº 06-021/2024 ARP nº 069/2024.

**Signatários:** Diretor, o Sr. Quintino Regis de Brito Neto, e a Sra. Tassia Bezerra Gomes, representante legal da empresa MCM Distribuidora De Alimentos Ltda.

**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025.

**Valor Total:** R\$ 330.633,80 (Trezentos e trinta mil seiscientos e trinta e três reais e oitenta centavos).

**Recursos Financeiros:**

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
13.201.04.122.5001.452041	1.6.59	33.90.30

**Data da assinatura:** 15/10/2024

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-752/2024.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada no serviço de instalação e desinstalação de ar-condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHUC.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Recol Engenharia e Serviços LTDA-EPP.

**Processo:** 24.749/2023 – 1/DOC

**Modalidade:** P. E. Nº 06-017/2024 ARP nº 052/2024.

**Signatários:** Secretária, a Sra. Maria Benicleide Silva Silvestre, o Sr. Adalberto Lourenço Vasconcelos, representante legal da empresa Recol Engenharia e Serviços LTDA-EPP.

**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025.

**Valor Total:** R\$ 35.866,50 (Trinta e cinco mil oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
72.101.04.122.5001.722893		
72.101.04.122.5001.723179		
72.302.08.243.5585.614124	1.5.00	
72.302.08.244.5170.614483	1.6.65	33.90.39
72.302.08.244.5570.614475	1.6.60	
72.302.08.244.5570.614370		
72.302.08.244.5570.612937		

**Data da assinatura:** 11/10/2024

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-765/2024.

**Objeto:** Aquisição de material permanente – eletrodomésticos, para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Vende Tudo Magazine Ltda.

**Processo:** 1.727/2023 – 1/DOC

**Modalidade:** P. E. Nº 06-074/2023 ARP nº 009/2024.

**Signatários:** Secretária, a Sra. Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia, e o Sr. Francisco Alves Do O Junior, representante legal da empresa Vende Tudo Magazine Ltda.

**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025.

**Valor Total:** R\$ 4.242,00 (Quatro mil duzentos e quarenta e dois reais).

**Recursos Financeiros:**

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
14.101.08.243.5313.142592		
14.101.04.122.5001.144437		
14.101.08.244.5136.144487	1.5.00	44.90.52
14.101.08.244.5137.144424		
14.101.04.122.5315.144491		
14.101.08.244.5185.142264		


**Data da assinatura:** 15/10/2024

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretário de Administração

Assinado por 2 pessoas: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES, RICARDO JOSE VELOSO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/7735-3052-0322-DE1C e informe o código 7735-3052-0322-DE1C



EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

**Instrumento:** Ordem de Compra n.º 000495/2024.  
**Objeto:** Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração - SEAD.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa MCM Distribuidora De Alimentos Ltda.  
**Processo:** 17.178/2023 – 1/DOC  
**Modalidade:** P.E nº 06-005/2024.  
**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025  
**Valor Total:** R\$ 299,21 (duzentos e noventa e nove reais e vinte um centavos).  
**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
16.101.04.122.5001-512174	1.5.00	33.90.30

**Data da emissão:** 15/10/2024.

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

**Instrumento:** Ordem de Compra n.º 000496/2024.  
**Objeto:** Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração - SEAD.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Distribuidora FF Alimentos LTDA - ME.  
**Processo:** 17.178/2023 – 1/DOC  
**Modalidade:** P.E nº 06-005/2024.  
**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025  
**Valor Total:** R\$ 606,00 (seiscentos e seis reais).  
**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
16.101.04.122.5001-512174	1.5.00	33.90.30

**Data da emissão:** 15/10/2024.

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

**Instrumento:** Ordem de Compra n.º 000497/2024.  
**Objeto:** Aquisição de uniformes, para atender as necessidades da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa VJL Comercio Varejista De Multi Utilidades Ltda.  
**Processo:** 22.043/2023 – 1/DOC  
**Modalidade:** P.E nº 06-029/2024.  
**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025  
**Valor Total:** R\$ 2.695,60 (dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).  
**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
71.201.15.452.5126.582179	1.5.00	33.90.30

**Data da emissão:** 15/10/2024.

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

**Instrumento:** Ordem de Compra n.º 000498/2024.  
**Objeto:** Aquisição de material de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração - SEAD.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa JR Comercio De Utilidades Ltda  
**Processo:** 17.178/2023 – 1/DOC  
**Modalidade:** P.E nº 06-005/2024.  
**Vigência:** 16/10/2024 a 15/10/2025  
**Valor Total:** R\$ 3.304,90 (três mil, trezentos e quatro reais e noventa centavos).  
**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
16.101.04.122.5001-512174	1.5.00	33.90.30

**Data da emissão:** 15/10/2024.

João Pessoa, 15 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6770-3582-D322-DE1C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROBERTO NAVES DE OLIVEIRA (CPF 267.XXX.XXX-34) em 15/10/2024 16:12:57 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 15/10/2024 18:40:09 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6770-3582-D322-DE1C>

EXTRATO Nº. 1.078/2024  
PROCESSO Nº 24.419/2024  
CHAVE CGM: 9L00-5WQK-MFWT-YE6M

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTROS ESPECIALIZADAS ODONTOLÓGICAS (CEO)**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, com validade a partir da assinatura do contrato e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.044/2023**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- SUBAÇÃO 461212 INV -MELHORIA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE
- FONTE RECURSO 1.6.01.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇO
- NATUREZA DESPESA 44.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
11.248/2024	ALEXANDRE VELOSO ZAIEN LTDA – ME	R\$ 191.200,00 (cento e noventa e um mil e duzentos reais)	15 DE OUTUBRO DE 2024

Luis Ferreira de Sousa Filho  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6566-3CFC-709F-DBFF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 14/10/2024 11:39:12 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6566-3CFC-709F-DBFF>



EXTRATO Nº. 1.090/2024  
PROCESSO Nº 27.882/2024  
CHAVE CGM: ML66-VV8Y-8X01-EIL9

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MMH PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS HOSPITALARES REDE ESPECIALIZADA POLICLÍNICAS E CEOS SAMU SAD UPAS E ZOONOSSES**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência **ao longo da duração dos créditos orçamentários que dão lastro às despesas correspondentes**, com validade a partir da assinatura do contrato e eficácia legal após a divulgação no PNCP e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 75, inciso VIII e art. 94, da Lei 14.133/21, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.055/2024**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- SUBAÇÃO 464497 AP- PISO DA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMARIA EM
- FONTE RECURSO 1.6.00.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇO
- NATUREZA DESPESA 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
11.251/2024	GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP	R\$ 529.760,00 (quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta reais).	15 DE OUTUBRO DE 2024

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: B047-2C79-C5E0-BA15

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO** (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 10:15:43 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B047-2C79-C5E0-BA15>

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.007/2023  
MEMORANDO INTERNO Nº 147.789/2024.  
6º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.029/2023 – **PARA A EXECUÇÃO DE PONTE E PASSARELA DE ESTRUTURA MISTA EM CONCRETO ARMADO E ESTRUTURA METÁLICA, LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO JOSÉ, EM JOÃO PESSOA – PB.**  
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.  
CONTRATADA: **MVP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI.**  
OBJETO: É objeto do presente Aditivo o acréscimo do valor contratual em R\$ 398.312,69.  
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto/SEINFRA e Marcelo Vitor Pereira De Almeida / MVP.

João Pessoa, 14 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.014/2022/SEINFRA  
MEMORANDO INTERNO: 142.915/2024  
4º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.069/2022 – **PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM 20 RUAS DOS BAIRROS: ALTO DO MATEUS, GRAMAME, COSTA E SILVA, JARDIM PLANALTO, MUÇUMAGRO, OITIZEIRO, PARATIBE, TREZE DE MAIO, INDÚSTRIAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB – LOTE IV.**  
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.  
CONTRATADA: **LP CONSTRUTORA E LOCADORA DE MÁQUINAS EIRELI.**  
OBJETO: É objeto do presente Aditivo o acréscimo de prazo de execução e contratual em 04 (quatro) meses.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93.  
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto/PMJP e Lynkyl Soares Ramalho Paulino/LP Construtora e Locadora de Máquinas Eireli.

João Pessoa, 04 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11.029/2023  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.007/2023  
CHAVE: LSLU-3ZPR-THKX-K5XZ

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura, inscrita no CNPJ sob n.º 08.778.326/0001-56.  
CONTRATADO: **MVP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ nº 19.503.944/0001-00.  
INSTRUMENTOS VINCULANTES: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.007/2023**, memorando interno nº 2.359/2023, Contrato: 11.029/2023.  
OBJETO: **EXECUÇÃO DE PONTE E PASSARELA DE ESTRUTURA MISTA EM CONCRETO ARMADO E ESTRUTURA METÁLICA, LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO JOSÉ, EM JOÃO PESSOA – PARAIBA.**  
FUNDAMENTO: Tal procedimento fundamentou-se no Art. 65 da Lei 8.666/93, do CONTRATO Nº 11.029/2023, visando a inclusão de dotação orçamentária, na Clausula Nona - dos Recursos Orçamentários

Onde se lê:  
**Classificação Funcional:**  
11000.11101.15.451.5099.111621 CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS  
**Natureza da despesa:**  
44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
**Fonte de Recursos:**  
1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
1.7.00 – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União

Leia-se:  
**Classificação Funcional:**  
11000.11101.15.451.5099.111621 CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS  
11000.11101.15.452.5099.111050 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, CALÇADAS, CALÇADÕES  
**Natureza da despesa:**  
44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
**Fonte de Recursos:**  
1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
1.7.00 – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União

João Pessoa, 15 de outubro de 2024.

RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11.091/2024/SEINFRA – DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.051/2023/SEINFRA – DOC / MEMORANDO INTERNO 124.984/2024  
CHAVE: **Y005-4E03-BM80-VYML**  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB  
CONTRATADA: RSN INCORPORAÇÃO E ENGENHARIA LTDA – EPP, CNPJ 08.172.556/0001-77  
OBJETO: **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CREI CITEX, BAIRRO JOÃO PAULO II, JOÃO PESSOA-PB.**  
VIGÊNCIA: **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da Ordem de Serviços  
VALOR TOTAL: **R\$ 1.164.566,08 (UM MILHÃO, CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E OITO CENTAVOS).**  
CMEI Classificação orçamentária: 10.101.12.365.5417.102777  
Elemento de despesa: 4.4.90.51  
Fonte de recursos: 500-Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 - FNDE (Salário-Educação)  
Signatários: Rubens Falcão da Silva Neto - PMJP/ Maria América Assis de Castro - PMJP/Rafael Sousa de Moraes Júnior - RSN Incorporação E Engenharia Ltda – EPP

Data da Assinatura: 14 de outubro de 2024  
João Pessoa, 14 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura/PMJP

Maria América Assis de Castro  
Secretária Municipal de Educação e Cultura/PMJP

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B047-2C79-C5E0-BA15>



Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/Y005-4E03-BM80-VYML>



Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B047-2C79-C5E0-BA15>



Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/Y005-4E03-BM80-VYML>



Assinado por 3 pessoas: RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO, MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/Y005-4E03-BM80-VYML>





EXTRATO N.º 217/2024

O Instituto Cândida Vargas, como Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS, firmada para atender as finalidades precípua da Administração, terá vigência de até 05 (cinco) anos, relativos ao Pregão Eletrônico 62.001/2024, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 – Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde.

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
62.377/2024	SÓ SAÚDE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA-EPP	R\$ 11.780,00 (Onze mil, Setecentos e Oitenta Reais)	15 de outubro de 2024

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP  
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas  
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 9B86-BC78-2FAA-51CE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/10/2024 11:59:34 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/9B86-BC78-2FAA-51CE>

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO  
CHAVE GGM: DSRA-UMV3-TE1K-95OE

Pregão Eletrônico SRP nº 06.054/2024 – LEI nº 14.133/2021  
Processo Administrativo nº 11.469/2024

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas, para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES.

Tipo: Menor Preço Global Por Lote.  
Método De Disputa: Aberto/Fechado  
Data de Abertura: 30 de outubro de 2024 às 09h00m. (Horário de Brasília - DF).

Local da Disputa: <https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br>.  
Disponibilidade do Edital: <https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br>,  
<https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.  
Outras informações através do telefone: (83) 3213-5010.

João Pessoa, 15 de outubro de 2024.

Lucélia Alves Silva  
Pregoeira



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: DBF2-7DF3-C3E3-4117

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUCÉLIA ALVES SILVA (CPF 008.XXX.XXX-50) em 15/10/2024 11:59:24 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/DBF2-7DF3-C3E3-4117>

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA  
CHAVE DA CGM: ALM1-7LL5-RM91-8K4W

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11.001/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO (Memorando interno) Nº 122.558/2024  
UASG: 982051  
Nº DA DISPENSA DE LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91101/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada no(a) fornecimento de CAFÉ DA MANHÃ REGIONAL PARA (30) TRINTA PESSOAS, que visa atender necessidades diárias da Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa – Seinfra.

A Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa, através do Agente de Contratação, torna público que realizará Dispensa de licitação na forma Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 10.248/2023 e demais legislação aplicável.

A sessão pública ocorrerá através do site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br);  
Data da Sessão: 18/10/2024.  
Horário da Fase de lances: Às 08:00 até as 14:00.

O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas no Termo de Referência anexo a este Aviso de Contratação Direta, quanto às especificações do objeto.

Publique-se e Cumpra-se.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima  
Agente de Contratação Oficial da SEINFRA

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

1. OBJETIVO

1.1 Este documento tem como objetivo fixar os requisitos básicos necessários e demais condições a serem adotadas e exigidas para o fornecimento de CAFÉ DA MANHÃ REGIONAL PARA (30) TRINTA PESSOAS, que visa atender necessidades diárias da Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa – Seinfra.

2. OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada no(a) fornecimento de Café da manhã.  
2.2 A aquisição ora pretendida é necessária para que possamos dar continuidade aos serviços desempenhados nesta edificação, sobretudo, para as inaugurações, assinaturas de ordem de serviço e entregas de obras, vez que esta é a secretaria responsável pela contratação e fiscalização das obras do município.

3. HISTÓRICO DO CONSUMO

MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0
MARÇO	0	0	0
ABRIL	0	0	0
MAIO	0	0	0
JUNHO	0	0	0
JULHO	0	0	0
AGOSTO	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0
OUTUBRO	0	0	R\$17.100,00
NOVEMBRO	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0
TOTAL ANUAL	0	0	R\$17.100,00

Como se pode observar, nos anos 2021 e 2022 não houve aquisição de café da manhã, contudo em 2023 foi realizada a aquisição de 45 cafés da manhã, os quais, esgotaram-se. Nesse sentido, é importante enunciar que se trata de um serviço imprescindível, haja vista o período de entrega de obras que está por vir, inclusive, devendo ressaltar o aumento das obras municipais e posterior entrega. Logo, por haver tal necessidade justifica-se o pleito, estando, ainda, demonstrada a urgência da aquisição.

3.1 HISTÓRICO DE SOLICITAÇÕES

Página 1 de 12

Av. Rio Grande do Sul, 721 - Estados, João Pessoa - PB, 58030-020

FONE: (83) 3213-6622





ITEM	PRODUTO	UNIDADE	2021	2022	2023
01	CAFÉ DA MANHÃ REGIONAL	UND	0	0	45

3.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SOLICITADO
01	CAFÉ DA MANHÃ REGIONAL	Café da manhã para TRINTA pessoas. Cardápio: cuscuz, macaxeira cozida, bolo, pão francês, tapioca, ovo, queijo de coalho, bebidas (água, suco e café), picado de bode ou galinha guisada ou rabada. Acompanhando os devidos descartáveis e louças específicas (tigelas, copos, pratos, talheres, toalhas e guardanapos), com equipe de apoio responsável por servir os alimentos, com entrega no local indicado (em dias úteis, fins de semana ou feriados).	UND	100

A SEINFRA é responsável pela contratação e fiscalização das obras do município, de modo que necessita de eventos como assinatura de ordens de serviço, inaugurações e entregas de obras semanalmente, havendo a necessidade da aquisição pretendida, face a inexistência de contratação com o esse objeto. Ao que se pode perceber, pelo já exposto, a atual situação demonstra-se deficitária. Portanto, em face da real necessidade o quantitativo ideal supracitado sanaria tal deficit.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A presente contratação é necessária para eventos como inaugurações, assinaturas de ordens de serviços e entregas de obras. Tendo em vista a inexistência atual de contrato com esse objeto, e considerando que a agenda de inaugurações, assinaturas de ordens de serviços e entregas de obras é semanal, faz-se imprescindível a contratação de empresa especializada de forma célere, a fim de não prejudicar o andamento dos serviços.
- 4.2. Esta Secretaria é responsável pela execução e fiscalização das obras municipais, portanto, tais eventos são atividades diárias, que necessitam de um rito próprio, vale ressaltar que nestes eventos contamos com presenças ilustres, reiterando a necessidade e o caráter urgente da contratação da prestação do serviço.
- 4.3. Neste norte, observando que a presente aquisição tem como fundamento a necessidade de ter prestação de serviços usuais na Secretaria de Infraestrutura, a fim de atender aos eventos supracitados, suprindo as necessidades pleiteadas, demonstrando, assim a importância.
- 4.4. As quantidades pretendidas são estimativas baseadas no consumo do último ano através do histórico de consumo, conforme exposto. Sendo assim, justificam-se em função do consumo e necessária utilização, de modo que a estimativa foi obtida a partir de fatos concretos.

5. JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 5.1. Apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo, além de ser um procedimento mais demorado, o que torna mais vantajosa a contratação direta com base na hipótese de dispensa de licitação do Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Página 2 de 12

5.2. Com a vigência da Lei 14.133/21, houve um acréscimo nos limites das modalidades constantes dos incisos I e II, art. 75. Com a mudança, é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e para outros serviços e compras até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

5.3. Considerando o preço estimado, a contratação poderá ocorrer através de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 75 da Lei 14.133/21.

6. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DIRETA

A Secretaria de Infraestrutura não possui um departamento que possa oferecer o material aqui descrito, sendo necessária a prestação do serviço de fornecimento de café da manhã.

7. NÃO OCORRÊNCIA DE FRACIONAMENTO

- 7.1 Não foram solicitadas contratações com objeto idêntico ao presente, não consistindo em fracionamento indevido;
- 7.2 A Diretoria de Administração e Finanças não têm conhecimento de eventuais despesas com objeto idêntico ao presente.

8. CUSTO ESTIMADO, JUSTIFICATIVA DE PREÇO E MAPA COMPARATIVO

8.1 Os valores estimados, justificativa de preço e mapa comparativo para a prestação do serviço de fornecimento de café da manhã, serão obtidos mediante pesquisa de preços de mercado, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/21, informada em documento anexo ao presente Termo de Referência, o qual passa a integrar este processo de dispensa de licitação.

9. LOCAL E PRAZO

- 9.1. Os produtos serão adquiridos da empresa que apresentou o menor orçamento;
- 9.2. Quanto à execução e vigência do contrato terá duração de 12 meses, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 105, da Lei nº 14.133/21, adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários;
- 9.3. O objeto do presente Termo de Referência será executado em tempo hábil e com pontualidade, conforme da solicitação.
- 9.4. A prestação do serviço deverá ser realizada em local solicitado e acordado previamente pelo gestor ou fiscal do contrato.

10. CUSTO ESTIMADO, JUSTIFICATIVA DE PREÇO E MAPA COMPARATIVO

- 10.1. O custo estimado da presente contratação, apurado a partir da pesquisa de mercado realizada, é de R\$ 50.000,00 considerando o menor preço encontrado;
- 10.2. A pesquisa de preço/mercado foi realizada de forma ampla, na forma do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/21, conforme mapa comparativo anexo.

11. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Página 3 de 12

10.3. Considerando a pesquisa realizada, vê-se que o preço se encontra compatível com a realidade do mercado.

11. PARCELAMENTO DO OBJETO

11.1. Há necessidade do parcelamento do objeto, tendo em vista que se trata da prestação de um serviço para vários eventos, logo, devendo ser fornecido conforme demanda para o atendimento das necessidades da SEINFRA.

11.2. Sendo assim, o parcelamento não é considerado tecnicamente viável e economicamente vantajoso nos termos do artigo 40, inciso V, alínea "b" da Lei de Licitações e Contratos (NLLC).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Conforme informação prestada pela Diretoria de Administração e Finanças, a dotação orçamentária que para frente a despesa é a seguinte:

Classificação Funcional:	11000.1101.04.122.5001.112041	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Natureza da despesa:	33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte de Recursos:	1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos	

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1. Obter rigorosamente as normas técnicas em vigor, aplicáveis a cada caso, os manuais, as instruções e especificações dos projetos de engenharia ou fornecido por escrito pela Prefeitura Municipal de João Pessoa;
- 13.2. A responsabilidade pela boa execução e conformidade do serviço as normas técnicas, especificações, manuais e instruções vigentes e aquelas fornecidas pelo Município de João Pessoa, cabe a contratada, a qual, tendo objeções, deverá comunicá-las por escrito previamente à execução dos serviços;
- 13.3. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 13.4. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração Municipal;
- 13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da contratação;
- 13.6. Fornecer o serviço, após a solicitação formal do mesmo, em prazo hábil, com pontualidade.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Página 4 de 12

14.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor designado;

14.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

15. ARMAZENAMENTO

O armazenamento do material, dada a natureza do serviço de fornecimento de café da manhã, será feito de modo a garantir a integridade dos alimentos, nos termos do Art. 40, IV, da Lei nº 14.133/21.

16. AMOSTRAS

Informamos que não será necessária a apresentação de amostras.

17. SANÇÕES E RESCISÃO

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações dispostas no art. 155, da lei nº 14.133/21;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90, da Lei nº 14.133/21

21. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Lei.

23. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

24. Será facultada à Administração, quando o contratado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

25. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

26. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Página 5 de 12







24.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

24.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

24.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

24.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

24.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**Habilitação Jurídica**

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

24.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Página 10 de 12

24.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

24.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

24.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**55. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1 Este documento deverá ser lido e interpretado na íntegra, sendo que não serão aceitas alegações de desconhecimento.

25.2 A Unidade Requisitante fiscalizará obrigatoriamente a execução do serviço descriminado no contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados as especificações e demais requisitos nele previstos, se reservando o direito de rejeitar os fornecimentos do serviço que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

25.3 A fiscalização por parte da Unidade Requisitante não eximirá a(s) vencedora(s) das responsabilidades previstas no Código Civil, nem dos danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários no fornecimento do serviço.

25.4 Antes da homologação do serviço, a empresa adjudicatária deverá realizar apresentação do serviço à Secretaria demandante, conforme especificado.

25.5 Nos termos da Lei nº 14.133/21 tem-se que as contratações serão preferencialmente pagas pelo cartão de pagamento, contudo, esta Secretaria de Infraestrutura não possui tal meio de pagamento, razão pela qual o pagamento será efetuado, em sua primeira fase, por meio de empenho, para posterior liquidação e efetivamente quitação do valor estipulado. Sendo o empenho, o primeiro estágio da execução da despesa pública que se caracteriza pelo ato emanado de autoridade competente que compromete parcela de dotação orçamentária disponível, funcionando como garantia ao credor do ente público de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.

João Pessoa/PB, 10 de setembro de 2024.

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Página 11 de 12

Na qualidade de autoridade competente, **aprovo o presente Termo de Referência**, esclarecendo que a garantia quanto à fidedignidade das informações e seus atos decorrentes, expressos nos documentos/declarações juntadas aos autos, **SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS AGENTES PÚBLICOS EMISSORES**, já que detentores de conhecimentos técnicos inerentes e específicos no âmbito de sua área de atuação.

AUTORIZADO  
2024

Assinatura Eletrônica

Rubens Falcão da Silva Neto  
SECRETÁRIO DE  
INFRAESTRUTURA

AUTORIZADO  
2024

Assinatura Eletrônica

Luciano da Nóbrega Pereira  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE  
INFRAESTRUTURA

AUTORIZADO  
2024

Assinatura Eletrônica

Alan Reus Negreiros de Siqueira  
DIRETOR DE  
ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS

Página 12 de 12



**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**



Código para verificação: 25D4-FC7B-FB1C-D37A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- RUBENS FALCAO DA SILVA NETO** (CPF 338.XXX.XXX-87) em 14/10/2024 14:50:57 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/25D4-FC7B-FB1C-D37A>



**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**



Código para verificação: 52D8-4DF0-2341-0038

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA** (CPF 086.XXX.XXX-00) em 14/10/2024 16:31:44 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52D8-4DF0-2341-0038>

Assinado por 1 pessoa: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/52D8-4DF0-2341-0038>

Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/25D4-FC7B-FB1C-D37A>

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA  
CHAVE DA CGM: FCZ6-HQ7X-IJL9-8AUQ

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11.002/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27.380/2024  
UASG: 982051  
Nº DA DISPENSA DE LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91102/2024

Objeto: Contratação de uma empresa para elaboração de um eva - estudo de viabilidade ambiental, destinado ao trecho inserido em app (próximo a falésia de barra de gramame), da obra de implantação da pavimentação dos acessos das praias da orla sul.

A Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa, através do Agente de Contratação, toma público que realizará Dispensa de licitação na forma Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço) , na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 10.248/2023 e demais legislação aplicável.

A sessão pública ocorrerá através do site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br);  
Data da Sessão: 18/10/2024 .  
Horário da Fase de lances: Às 08:00 até as 14:00.

O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas no Termo de Referência anexo a este Aviso de Contratação Direta, quanto às especificações do objeto.

Publique-se e Cumpra-se.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima  
Agente de Contratação Oficial da SEINFRA

CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE UM EVA - ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL, DESTINADO AO TRECHO INSERIDO EM APP (PRÓXIMO A FALÉSIA DE BARRA DE GRAMAME), DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DOS ACESSOS DAS PRAIAS DA ORLA SUL.

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

- 1- Objetivo
- 2- Objeto
- 3- Descrição da Solução
- 4- Prazo
- 5- Custo
- 6- Requisitos da Contratação
- 7- Obrigações da Contratada
- 8- Obrigações da Contratante
- 9- Fiscalização
- 10- Diretrizes do Serviço
- 11- Qualificação Técnica

1.OBJETIVO

Este documento tem como objetivo fixar os requisitos básicos necessários e demais condições a serem adotadas e exigidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa na **Contratação de uma empresa para elaboração de um EVA - Estudo de Viabilidade Ambiental**, destinado ao trecho inserido em APP (próximo a falésia de Barra de Gramame), da obra de implantação da pavimentação dos acessos das praias da Orla Sul.

2. OBJETO

Trata-se de **Contratação de uma empresa para elaboração de um EVA - Estudo de Viabilidade Ambiental**, destinado ao trecho inserido em APP (próximo a falésia de Barra de Gramame), da obra de implantação da pavimentação dos acessos das praias da Orla Sul, cujo orçamento base encontra-se em anexo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A necessidade do desenvolvimento do estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) objetiva-se a atender a solicitações da Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM-PMJP), que julga necessária a apresentação deste para análises de impactos ambientais, na obra de implantação da pavimentação no acesso à praia de Gramame – Orla Sul, obra a ser desenvolvidas pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA deste Município.

Este Termo de Referência tem o intuito de apresentar as diretrizes para a contratação de empresa especializada para a elaboração do estudo que servirá de subsídio para análise dos critérios ambientais e assim possibilitar o desenvolvimento da obra.

Do ponto de vista técnico a necessidade da elaboração de estudos ambientais justifica-se pelo atendimento a Lei Federal Nº 6.938/ 1981, a Resolução CONAMA Nº 237/ 1997 e a Resolução CONAMA nº 001/1986, que julgam imprescindíveis a apresentação destes para tomada de decisão em processos de licenciamento ambiental, em obras com aparente nível de impactos ambientais.

Considerando a importância deste estudo, vale ressaltar que trata-se de exigência da SEMAM órgão ambiental competente deste município, para análise do licenciamento ambiental para execução da referida obra.

Contudo, o estudo a ser desenvolvidos deverá seguir orientações e exigências deste Termo de

Assinado por 1 pessoa: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/09819-46485-5EFA-9R2D> e informe o código 0985-EEEB-SFFA-BE90



Assinado por 1 pessoa: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/09819-46485-5EFA-9R2D> e informe o código 0985-EEEB-SFFA-BE90



Assinado por 1 pessoa: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/09819-46485-5EFA-9R2D> e informe o código 0985-EEEB-SFFA-BE90



Assinado por 1 pessoa: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/09819-46485-5EFA-9R2D> e informe o código 0985-EEEB-SFFA-BE90





Referência (TR) desenvolvido pela SEINFRA e SEMAM de acordo com a necessidade de análise destes, devendo ser o mesmo abordar todos os aspectos apontados neste.

Assim, considerando todos esses aspectos e visando a responsabilidade e sustentabilidade ambiental, este estudo proporcionará o desenvolvimento da obra da melhor forma possível, buscando causar o mínimo de impacto ambiental e proporcionado o bem-estar e melhores condições de acesso aos usuários e a comunidade à Praia de Gramame, em João Pessoa.

4. PRAZO

O prazo para execução do estudo deverá ser de **01 (um) mês** a partir da assinatura da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro sugerido e disposto nas peças técnicas anexadas ao processo.

A contratada deverá empregar equipes de trabalho suficientes, bem como adequada gestão logística para suprimento de materiais e equipamentos necessários a obra para que seja cumprido o prazo estabelecido.

O prazo contratual decorre de mais 06 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.

5. CUSTOS

A planilha orçamentária da contratação foi elaborada através de cotações com empresas especializadas e capacitadas ao desenvolvimento do estudo atuantes no mercado, conforme especificidades e necessidades da área e do projeto executivo da obra sendo adotado preço baseado nas propostas recebidas.

Sendo o preço adotado encontra-se na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	R\$ Unid.
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para realização de Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) conforme termo de referência para subsidiar o desenvolvimento da obra de pavimentação em trecho de falsésia em Gramame, em João Pessoa-PB.	1,00	R\$ 20.000,00

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O planejamento anual da SEINFRA é realizado quando da elaboração da Lei Orçamentária. Ressalte-se que, nos termos do art. 5º do Decreto 10.541/2024, o Plano de Contratação Anual da PMJP será realizado pela SEAD.

A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de 01 (um) mês, contados da emissão da Ordem de Serviço.

Para a futura contratação, a empresa será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista se tratar de um objeto que se baseará em propostas de empresas especializadas, pois trata-se de estudo técnico elaborado por profissional qualificado na área ambiental.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional apresentando a documentação abaixo:

- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;
- Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar (art. 67, §3º da Lei 14.133/2023).

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica profissional mediante a apresentação da documentação abaixo:

- Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.
  - O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:
    - Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU.
  - A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada

com:

- Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;
- Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

o Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular dos serviços a serem prestados;
2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto, tais como transportes, frete, carga e descarga, etc.;
3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem às dependências, móveis, utensílios ou equipamentos da CONTRATANTE, ou a terceiros, ficando desta forma autorizado o desconto do valor correspondendo dos pagamentos devidos ao CONTRATADO;
4. Utilizar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços;
5. Responder, quando aplicável, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste objeto, nos termos da Lei Vigente;
6. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela

CONTRATANTE;

7. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para com a obra nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminui a responsabilidade da CONTRATADA;

8. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas;

9. A CONTRATADA deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para execução da obra, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a observância da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Civil, para o seu pessoal, bem como a adoção de medidas de segurança no canteiro e eventuais acidentes ocorridos na obra;

10. A CONTRATADA deverá obedecer aos dispostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho quanto ao fornecimento de uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e as recomendações da OMS e Ministério da Saúde quanto a COVID19.

11. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:

- i. Providenciar junto ao CREA ou CAU (entrada e recolhimento) os respectivos documentos de responsabilidade técnica referentes à execução e à FISCALIZAÇÃO, objetos do contrato e serviços pertinentes, nos termos da Lei Vigente;
- ii. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objetos do contrato;
- iii. Sempre deverão ser observadas as últimas versões/edições das normas exigidas pelos órgãos de fiscalização/normatização.
- iv. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;
- v. Providenciar a matrícula do Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto a Receita Federal;
- vi. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Lei Vigente;
- vii. Efetuar todas as despesas relativas à Execução de Obras perante os Órgãos Públicos



Federais, Municipais e Estaduais competentes, aos Órgãos particulares fornecedores de Energia elétrica, Abastecimento de água e esgoto e de Telefonia (Se houver).

12. Subcontratação:

12.1 Será admitida a subcontratação de serviço ou parcela acessória de serviços ou obras que compõem o objeto desta licitação, restrita ao limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato;

12.2 É vedada a subcontratação completa do objeto da licitação ou da parcela principal da obrigação. Esta abrange os itens de maior relevância técnica e valor significativo assim definidos no instrumento convocatório para efeito de comprovação da capacidade técnico- operacional e técnico-profissional;

12.3 Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação da CONTRATANTE, apenas podendo ser efetivada após a sua expressa anuência;

12.4 Para a anuência da subcontratação a CONTRATADA deverá indicar:

- A natureza da subcontratação desejada;
- Nome, razão social e o endereço da subcontratada proposta;
- Prazo de subcontratação;
- Quadro de funcionários e relação de equipamentos;
- Descrição dos serviços a serem por elas executados e seus respectivos valores.

12.5 Cabe à CONTRATANTE avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

12.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.7 A relação que se estabelecerá na assinatura do Contrato será exclusivamente com a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Administração Pública e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente à medição e pagamentos pela contratada em relação à subcontratada.

13. A CONTRATADA se responsabilizará, às suas expensas, pelo fornecimento com transporte/frete posto obra, de todos os materiais/insumos que serão aplicados na execução dos serviços, independentemente do descritivo constante nas composições de custos dos serviços.

14. A contratada deverá elaborar e apresentar um novo cronograma físico-financeiro definindo os eventos que serão realizados, para **aprovação da fiscalização**.

15. A contratada deve se preocupar com **IMPACTOS AMBIENTAIS**, levando em consideração que é possível mitigar ou não gerar impactos.

16. Portanto vale observar que esta secretaria se preocupa e que para garantir a conformidade dos possíveis impactos ambientais sabe que se faz necessário a solicitação de Licença Ambiental prévia conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A licença ambiental prévia da construção do objeto em referência foi solicitada e seguirá junto ao processo.

Obrigatoriedade de exigência de contratação

**Consórcio:** Tendo em vista que o valor da contratação não é de grande vulto e o objeto não ser de alta complexidade, havendo diversas empresas nesse ramo, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

**Garantia:** será exigida a aprovação do estudo pela a SEMAM E SEINFRA desse município, para garantia que este atenda todas as especificações e necessárias cabíveis no mesmo;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, cabendo ao responsável pela fiscalização do contratado, assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente aos projetos e às suas especificações.

Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais;

2. Anotar em registro próprio informações acerca de falhas detectadas e comunicando à

CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas. E fixar prazo para as devidas correções;

3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

4. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário;

5. Executar as manobras de desligamento e religação do sistema para permitir a execução dos trabalhos com segurança;

6. Contatar diretamente a CONTRATADA na ocorrência de qualquer incidente que mereça correção;

7. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no contrato;

8. Fornecer todos os esclarecimentos e informações que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

10. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

11. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

12. A existência de fiscalização pelo CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer vício ou falha na prestação dos serviços;

9. FISCALIZAÇÃO

A Supervisão Técnica dos Trabalhos será realizada pelo chefe da SEINFRA / PMJP, ou por servidor por ele designado, desempenhando a função de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos, orientando, analisando e discutindo os documentos produzidos e em sua aprovação inclusive para fins de pagamento parcial e final.

10. DIRETRIZES DE SERVIÇO

O **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)** tem como objetivo conhecer os impactos ambientais de um empreendimento, preliminar ao EIA/RIMA, no qual deverá levantar os aspectos ambientais da área, indicando os riscos ao meio ambiente e a população humana local, daí considerando-se aspectos físicos, bióticos, legislação e normas vigentes, efeitos incidentes provenientes das atividades do empreendimento e alternativas locais, operacionais e tecnológicas.

O estudo deverá ser elaborado por uma **equipe multidisciplinar**, composta por profissionais de diferentes áreas de atuação, particularmente na área ambiental e afins. O referido estudo deverá possuir todas as informações cabíveis e aspectos listados a seguir:

10.1. Informações gerais

1.1 Identificação do empreendedor/Interessado:

- Razão social/Nome;
- CNPJ/CPF;
- Inscrição Estadual/Municipal;
- Endereço completo para correspondência;
- Telefone para contato e e-mail;
- Identificação dos responsáveis legais ou representantes.

1.2 Identificação dos técnicos responsáveis pelo estudo e da empresa responsável (caso pessoa jurídica):

- Nome e razão social;
- CPF/CNPJ;
- RG;
- Número do Registro no Conselho Profissional;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (em anexo);
- Número do Cadastro Técnico de Atividade e instrumento de defesa ambiental(CTF) do IBAMA
- Endereço completo para correspondência e e-mail;
- Telefone para contato;
- Assinatura original do responsável técnico pelo estudo.



10.2. Caracterização do empreendimento:

- Nome do empreendimento, área total e área a ser construída;
- Descrição detalhada do local do empreendimento, indicação de suas coordenadas geográficas, seu(s) acesso(s), limites e confrontantes e poligonal georreferenciada;
- Justificativa econômica e social ou socioeconômica do empreendimento.
- Os documentos devem ser protocolados em meio físico e digital
- Ao menos a poligonal e a planta topográfica do lote/imóvel devem ser entregues em meio digital, no formato .dwg, através do sistema próprio da Prefeitura Municipal de João Pessoa, IDOC.

10.3. Área de Influência do empreendimento

- **Área Diretamente Afetada (ADA)** do empreendimento: Recursos naturais, sociais e econômicos diretamente afetados pelo empreendimento. Deve-se considerar a área delimitada pela poligonal do lote ou imóvel onde será implantado o empreendimento;
- **Área de Influência Direta (AID)** do empreendimento: Recursos naturais (solo, águas superficiais e subterrâneas, flora e fauna, e componentes culturais), sociais e econômicos, diretamente afetados pelo empreendimento. Deve-se considerar o bairro ou outra unidade territorial ou regional, desde que exista justificativa, onde o empreendimento será instalado como AID, com escala compatível que demonstre o alcance dessa unidade territorial;
- **Área de Influência Indireta (AII)** do empreendimento: Área que sofrerá impactos indiretos decorrentes e associados, sob a forma de interferências nas suas inter-relações ecológicas (solo, águas superficiais e subterrâneas, flora e fauna, e componentes culturais), sociais e econômicas. Deve-se considerar a área da bacia hidrográfica onde o empreendimento será implantado como AII, com escala compatível que demonstre o alcance dessa unidade territorial.

10.4. Caracterização do estudo ambiental:

- Detalhamento dos métodos e técnicas escolhidas para a condução do estudo ambiental. Passo metodológico que conduziram ao diagnóstico, ao prognóstico, aos recursos tecnológicos financeiros para mitigar ou potencializar os impactos ambientais negativos e positivos respectivamente, às medidas de controle e monitoramento dos impactos;
- Definição das alternativas tecnológicas e locacionais para o empreendimento;

- Elaboração de mapas temáticos, em escala compatível, contendo todos os elementos e convenções cartográficas, enfocando os aspectos topográfico, hidrológico, geológico e geomorfológico da área envolvida;
- Ilustração, por meio de documentação fotográfica, dos aspectos gerais e detalhes de aspectos relevantes da área envolvida, dando os devidos créditos da autoria das imagens

10.5. Diagnóstico Ambiental da Área de Influência do empreendimento

Descrição e análise da qualidade ambiental da ADA, AID e AII, antes da implantação do empreendimento, com fonte de dados primários e secundários, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico. Salientando-se os seguintes aspectos:

- **Meio físico:** recursos hídricos, com especificações de uso da água a montante e a jusante do empreendimento; clima (com dados de média, máxima e mínimas, anuais e mensais) e condições meteorológicas locais; aspectos da geologia, geomorfologia e hidrogeologia, com caracterização dos solos quanto à sua erodibilidade e possíveis riscos geológicos;
- **Meio biótico:** caracterização, identificação e listagem taxonômica e nomenclatura atualizada da vegetação/flora e fauna, tais como: ictiofauna, herpetofauna, avifauna, e mastofauna. Para a cobertura vegetal/ fitofisionomia, enfatizar as formações vegetais de destaque, as APP's e seus limites (com representação cartográfica) e os remanescentes vegetais próximos. Destacando espécies da fauna e flora indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras/ vulneráveis e ameaçadas de extinção, conforme lista oficial do MMA/ ICMBio.

Caso haja supressão de vegetação, será necessário apresentar o estudo **Fitosociológico** com descrição da: metodologia utilizada; suficiência amostral com dados estatísticos; justificativas técnicas, e; resultados e discussões com: florística geral da ADA e por unidade amostral (caso utilize a metodologia por amostragem); distribuição diamétrica por intervalo de classe de indivíduos da família botânica e espécies, conforme a taxonomia e nomenclatura atualizada; estimativa volumétrica em m³ por intervalo de classe, estrato arbóreo (inferior, intermediário e superior) e espécie; estrutura horizontal com parâmetros fitosociológicos (Ni, DA, DR, FA, FR, DoA e DoR); índice de valor de importância ecobertura; índice de diversidade e equabilidade, e; estrutura vertical (posições sociológica absoluta relativa, e estratos arbóreos);

- **Meio socioeconômico:** condições sociais e econômicas da população da AID e AII; suas principais atividades econômicas; saneamento básico; dinâmica populacional; equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes, e; uso e ocupação do solo em seu entorno.

Ilustração, por meio de documentação fotográfica, dos aspectos gerais da área em questão, bem como das características particulares e detalhes, relevantes ao resultado do estudo, com citação das fontes primárias e secundárias, dando os devidos créditos da autoria das imagens.

10.6. Descrição do empreendimento

Descrição do empreendimento proposto com projetos e demais documentos necessários à análise ambiental, possibilitando analisar-se a alternativa técnica adotada, principalmente do ponto de vista ambiental e socioeconômico.

Apresentar também:

- Estatística com distribuição das áreas propostas para o empreendimento: áreas de domínio público (sistema viário, áreas verdes e institucionais), áreas de propriedade particular (lotes, áreas remanescentes) área permeável e impermeável;
- Levantamento florístico e faunístico existente na área de implantação do empreendimento. Qualificação e dimensão da área que terá sua vegetação suprimida, estudo Fitosociológico (se houver limpeza de área);
- Localização e caracterização das áreas de empréstimo e/ou de bota-fora a serem utilizadas nas obras de instalação, conforme previsão das obras de terraplenagem do empreendimento (se houver serviço de terraplenagem);
- Sistema de drenagem pluvial a ser adotado e os dispositivos destinados à dissipação de energia caso seja lançado diretamente no recurso hídrico próximo (caso seja loteamento horizontal);
- Avaliação das consequências para as áreas a jusante, em função das vazões ocasionadas pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção da vegetação, em implantação de loteamento (caso o sistema de drenagem pluvial seja lançado diretamente no manancial hídrico);
- Determinar em estudo a área de inundação máxima nas imediações do empreendimento (caso o lote ou imóvel tenha uma de suas faces limítrofe com rios, riacho, mangues ou área de influência fluviomarina);
- Planta de situação, em escala compatível, delimitando o empreendimento, com indicação das divisas municipais, áreas ocupadas, hidrografia e rodovias, unidades de conservação quaisquer outros elementos de destaque;
- Projeto urbanístico, sobre base planialtimétrica e sobreposta por imagem de satélite atualizada com curvas de nível de metro a metro, devidamente cotado (constando todas as medidas lineares e angulares), apresentando acessos e traçado do sistema viário e sua articulação com arruamentos, delimitação das quadras, lotes ou blocos; indicação de áreas verdes, institucionais, destinadas à preservação permanente e demais áreas verdes; seções transversais das vias projetadas.

10.7. Prognóstico dos impactos ambientais causados

Identificação e análise dos efeitos ambientais potenciais (positivos e negativos) do projeto proposto, e das possibilidades tecnológicas e econômicas de prevenção, controle, mitigação e reparação de seus efeitos negativos, nas fases de planejamento, execução de obras e ocupação.

10.8. Cronograma de Execução;

10.9. Conclusões e recomendações;

10.10. Referências Bibliográficas;

As citações bibliográficas utilizadas no texto deverão estar listadas na referência bibliográfica, seguindo as orientações normativas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Somente poderá ser efetuado para efeito de medição e pagamento dos serviços após a análise e aprovação destes pela SEINFRA, assim como, após a aprovação dos mesmos pela Divisão de Estudos da Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa – SEMAM – JP, em tempo hábito e considerado necessário à apreciação desenvolvida por estes.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- I. Não produzir os resultados acordados;
- II. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades e serviços contratadas; ou
- III. Deixar de utilizar materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A contratada deverá apresentar Certidão de Registro no CREA e/ou CAU da sede da licitante dos seus responsáveis técnicos, contendo os dados cadastrais atualizados.

11.1) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional

Comprovação que possui em seu quadro, profissional, detentor de atestado e/ou Registro de Responsabilidade Técnica, acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido pelo



CREA ou CAU, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando o desenvolvimento do Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA).

11.2) Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional

Apresentação de atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, para execução de Serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo, considerando o desenvolvimento do Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA).

Shirley Tavares Nunes  
Diretora de Obras

Isabel Cristina dos Santos Freitas  
Diretora de Obras

APROVO E AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE UM EVA - ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL, DESTINADO AO TRECHO INSERIDO EM APP (PRÓXIMO A FALÉSIA DE BARRA DE GRAMAME), DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DOS ACESSOS DAS PRAIAS DA ORLA SUL.

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura

João Pessoa, 04 de outubro de 2024.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D618-A6AF-E2D1-2682

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ISABEL CRISTINA DOS SANTOS FREITAS (CPF 042.XXX.XXX-63) em 07/10/2024 08:13:53 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D618-A6AF-E2D1-2682>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 66E9-E6EB-5FFA-BE50

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 15/10/2024 15:12:33 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/66E9-E6EB-5FFA-BE50>

AVISO DE LICITAÇÃO  
CHAVE CGM: KOW6-PZY4-IVAX-JHVL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.019/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.906/2024

UASG: 982051  
Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91119/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO CONVENTO SÃO PEDRO GONÇALVES, BAIRRO DO VARADOURO, JOÃO PESSOA-PB (CERCAMENTO E ILUMINAÇÃO EXTERNA).

A Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa, através do Agente de Contratação, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cuja sessão pública ocorrerá através do site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O acolhimento das propostas ocorrerá através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) a partir do dia 16/10/2024. A abertura das propostas ocorrerá no dia 04/11/2024, às 11:00hs.

A cópia do edital pode ser adquirida pelos sites [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)/ UASG: 982051 Nº da Licitação 91119/2024 e <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes>, a partir de 16 de outubro de 2024.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F1B2-C183-0013-1A7B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 15/10/2024 15:10:57 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F1B2-C183-0013-1A7B>

TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 11.210/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.018/2024  
Processo Administrativo nº 26.467/2024

OBJETIVO: correção da dotação orçamentária do Contrato nº 11.210/2024 com a empres CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, realiza-se através do presente termo alterações abaixo:

ONDE LÊ-SE:

- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- SUBAÇÃO 464498 MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
- FONTE RECURSO 1.6.00.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.
- NATUREZA DESPESA 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

LEIA-SE:

Unidade Orçamentária 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Subação 464498 MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE Fonte Recurso 1.6.00.010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e ServiçoNatureza Despesa 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Unidade Orçamentária 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Subação 464498 MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL Fonte Recurso 1.6.00.010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e ServiçoNatureza Despesa 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

O presente termo de retificação serve unicamente para correção da dotação orçamentária.

João Pessoa, 14 de outubro de 2024.

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO

Assinado por 1 pessoa: PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F1B2-C183-0013-1A7B> e informe o código F1B2-C183-0013-1A7B

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/66E9-E6EB-5FFA-BE50> e informe o código 66E9-E6EB-5FFA-BE50





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3282-476C-E23E-8A00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 10:12:36 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/3282-476C-E23E-8A00>

TERMO DE RATIFICAÇÃO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A0B9-A7A0-DE29-A43A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 11/10/2024 11:36:08 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:


<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A0B9-A7A0-DE29-A43A>

TERMO DE RATIFICAÇÃO


O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da artista CLARA BIONE, representado pela pessoa jurídica CLARA REGINA ALMEIDA 05724739402 - CNPJ: 43.653.550/0001-12, pelo valor estimado total de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA ARTISTA CLARA BIONE PARA UMA APRESENTAÇÃO, NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 2024, DAS 12:30H ÀS 14:30H, NO PROJETO SABADINHO BOM, NA PRAÇA RIO BRANCO - CENTRO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 11 de Outubro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza  
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 70B2-0F32-281A-E80C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/10/2024 13:44:48 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/70B2-0F32-281A-E80C>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do Artista/Grupo/Banda ANDREA MONTEIRO DINIZ, CPF: 027.408.534-83, pelo valor estimado total de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA CONSULTORA ANDRÉA MONTEIRO DINIZ, PARA PRESTAR CONSULTORIA JUNTO AOS PROPONENTES QUE INSCREVERÃO PROJETOS NA PNABPOLÍTICA NACIONAL DA LEI ALDIR BLANC/2024, NO HORÁRIO DE 08:00 AS 14:00 HORAS DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNJOPE-FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 11 de Outubro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza  
Diretor Executivo da FUNJOPE

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/70B2-0F32-281A-E80C e informe o código 00CA-7ME-CHE2-5485

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0CC4-7A6F-C4E2-5485

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/10/2024 13:44:42 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0CC4-7A6F-C4E2-5485>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.596/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27.729/2024  
[CHAVE CGM: JJP0-5B6X-R17C-AKPD]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do Artista MICHAEL JUNIOR representado pela pessoa jurídica 53.193.528 EMANUEL NAZARENO SALES DO REGO JUNIOR – CNPJ Nº 53.193.528/0001-90, pelo valor estimado total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MICHAEL JR. PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2024, INICIO PREVISTO DAS 17 ÀS 18:30H, NO EVENTO "DIA DAS CRIANÇAS NO PARQUE PARAHYBA", NO BAIRRO JARDIM OCEANIA, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 11 de Outubro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza

Diretor Executivo da FUNJOPE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: D13E-A404-E104-2081

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/10/2024 13:44:47 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D13E-A404-E104-2081>

TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 10.940/2023, PA 10.499/2024

OBJETIVO: ACRESCENTAR dotação orçamentária ao Contrato nº 10.940/2023, PA 10.499/2024 – Celebrado entre o Município de João Pessoa, através da Secretaria Municipal de Saúde, e INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA, constituindo-se objeto do Contrato supracitado, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A GESTÃO INTEGRAL DE SERVIÇO DE NEFROLOGIA INSERIDO NO HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL, COM CESSÃO DE USO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, cujo presente Termo de Apostilamento, passa a ser corretamente adequado ao objeto licitado para os recursos a serem aplicados.

ACRESCENTAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO CONTRATO Nº 10.940/2023 – A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ABAIXO:

• 13.301.10.302.5414.464244 - FAEC – MAC – MANter e IMPLementar as Ações Estratégicas de Média e ALTA COMPLEXIDADE - FMS

✎ FONTE DE RECURSOS: 1500 – ORDINÁRIOS

✎ FONTE DE RECURSOS: 1600 – SUS

○ ELEMENTO DE DESPESA: 33.50.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

João Pessoa, 15/10/2024

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO

Secretário de Saúde Municipal

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2211-84F8-E6F9-E4C0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 10:12:44 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2211-84F8-E6F9-E4C0>

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2211-84F8-E6F9-E4C0> e informe o código 2211-84F8-E6F9-E4C0



TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 10.597/2024  
Protocolo 108.698/2024

**OBJETIVO:** REAJUSTE DE VALOR em virtude de reequilíbrio econômico ao **CONTRATO Nº 10.597/2024** – Celebrado entre o Município de João Pessoa, através do Fundo Municipal de Saúde, e a **CS BRASIL FROTAS S.A.**, constituindo-se objeto do Contrato supracitado, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS DESTINADOS À REDE PÚBLICA DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA**, cujo presente Termo de Apostilamento, passa a ser corretamente adequado ao objeto licitado para os recursos a serem aplicados.

Os critérios de reajuste estão em conformidade com o que está previsto no item 22 do Termo de Referência, anexo do edital e item 07 do **Contrato nº 10.597/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.031/2023**, nos seguintes termos:

- No Edital:
- 21.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. 21.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 21.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 21.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.7 22 O reajuste será realizado por apostilamento.

- No Contrato:
- 7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando -se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

O valor a ser acrescido em razão do Reajuste é de **R\$ 16.278,79 (dezois mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e nove centavos)**, correspondente ao percentual de 4,50%, considerando o acumulado dos últimos 12 (doze) conforme Tabela IPCA.

Luis Ferreira de Sousa Filho  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

João Pessoa, 20/08/2024



Código para verificação: 9818-9496-5217-012D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 13:03:58 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9818-9496-5217-012D>

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº.10.755/2024  
Protocolo 108.7072024

**OBJETIVO:** REAJUSTE DE VALOR em virtude de reequilíbrio econômico ao **CONTRATO Nº. 10.755/2024** – Celebrado entre o Município de João Pessoa, através do Fundo Municipal de Saúde, e a **CS BRASIL FROTAS S.A.**, constituindo-se objeto do Contrato supracitado, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS DESTINADOS À REDE PÚBLICA DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA**, cujo presente Termo de Apostilamento, passa a ser corretamente adequado ao objeto licitado para os recursos a serem aplicados.

Os critérios de reajuste estão em conformidade com o que está previsto no item 22 do Termo de Referência, anexo do edital e item 07 do **Contrato nº 10.755/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.031/2023**, nos seguintes termos:

- No Edital:
- 21.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. 21.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 21.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 21.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.7 22 O reajuste será realizado por apostilamento.

- No Contrato:
- 7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando -se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

O valor a ser acrescido em razão do Reajuste é de **R\$ 4.024,56 (quatro mil vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)**, correspondente ao percentual de 4,24%, considerando o acumulado dos últimos 12 (doze) conforme Tabela IPCA.

Luis Ferreira de Sousa Filho  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

João Pessoa, 14/10/2024



Código para verificação: 9BC3-5749-EC25-B8E3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 13:03:35 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9BC3-5749-EC25-B8E3>

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
CHAVE CGM: SR81-1QXM-2DYC-XB86

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11.016/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.454/2024

UASG: 982051  
Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91116/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II – 32 EM SACOS DE 50KG VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB..

Com base nas informações constantes no processo administrativo, relatório do pregoeiro, bem como Termo de Julgamento expedido pelo sistema do [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e considerando Instrução Normativa nº 73 de 2022, do Portal de Compras no artigo 44, o disposto do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, bem como o artigo 57 do Decreto Municipal nº 10.372/2023, HOMOLOGO o procedimento licitatório acima identificado, em favor da empresa **JEMM COMERCIO DE MATERIAL DE CONS.**, inscrita no CNPJ Nº **29.619.153/0001-01**, no qual foi vencedora dos itens descritos abaixo:

ITEM	MARCA	V. UNIT.	QUANT.	VALOR
01 (ampla concorrência)	ELIZABETH	R\$30,49 (trinta reais e quarenta e nove centavos)	3.000	R\$ 91.470,00 (noventa e quatrocentos e setenta reais).
02 (cota reservada)	ELIZABETH	R\$30,49 (trinta reais e quarenta e nove centavos)	1.000	R\$ 30.490,00 (trinta mil, quatrocentos noventa reais).
Valor Total R\$ 121.960,00 (cento e vinte e um mil, novecentos e sessenta reais)				

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário de Infraestrutura

VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS

Código para verificação: 5B82-C34B-2262-CCA9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 15/10/2024 14:20:40 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNOL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5B82-C34B-2262-CCA9>

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.033/2024  
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 19.638/2024  
CHAVE CGM: CESR-6JCU-0JJ6-DGHM

Modalidade: Concorrência pública nº 11.033/2024

Tipo: Menor Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de pavimentação em paralelepípedo de 30 ruas, localizadas em diversos bairros, em João Pessoa/PB

Tendo transcorrido regulamente o processo licitatório em referência, depois de cumpridas todas as suas fases legais e administrativas com fundamentação na Lei nº 14.133/2021, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo, homologo e adjudico o procedimento desta Concorrência pública, declarando vencedora da licitação a empresa **ECOMAQ - EMPRESA DE CONSTRUÇÃO E MAQUINAS LTDA** CNPJ:19.088.045/0001-98 com proposta no valor de **R\$ 3.990.000,00** (três milhões e novecentos e noventa mil reais).

João Pessoa, 15 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário de Infraestrutura /PMJP.



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 91AF-F8D9-AEFC-6285

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 15/10/2024 15:20:55 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNOL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/91AF-F8D9-AEFC-6285>

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
CHAVE: ED3A-7RLE-MSZV-4HYF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.581/2024  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13.063/2024

Objeto: PRÓTESE ORTOPÉDICA TRANSTIBIAL CONFECCIONADA SOB MEDIDA, ENCAIXE COM SISTEMA A VÁCUO COM VÁLVULA DE EXPULSÃO EM FIBRA DE CARBONO LINER E JOELHO EM COPOLÍMERO, COMPONENTES EM TITÂNIO E PÉ COM RESPOSTA DINÂMICA.

Com base nas informações constantes no Processo n.º 25.581/2024, referente à Dispensa de Licitação n.º 13.063/2024, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da empresa: **ORTOTEC ORTOPEDIA TECNICA LTDA** sob nº de CNPJ **24.499.337/0001-53**, perfazendo o valor total de **R\$ 11.900,00** (onze mil e novecentos reais). Para contratação do objeto em referência, com base no inciso IV, art. 71, da Lei nº. 14.133/2021.

João Pessoa-PB, 11 de Outubro de 2024.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Secretário de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 0E88-EC26-8248-54B2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

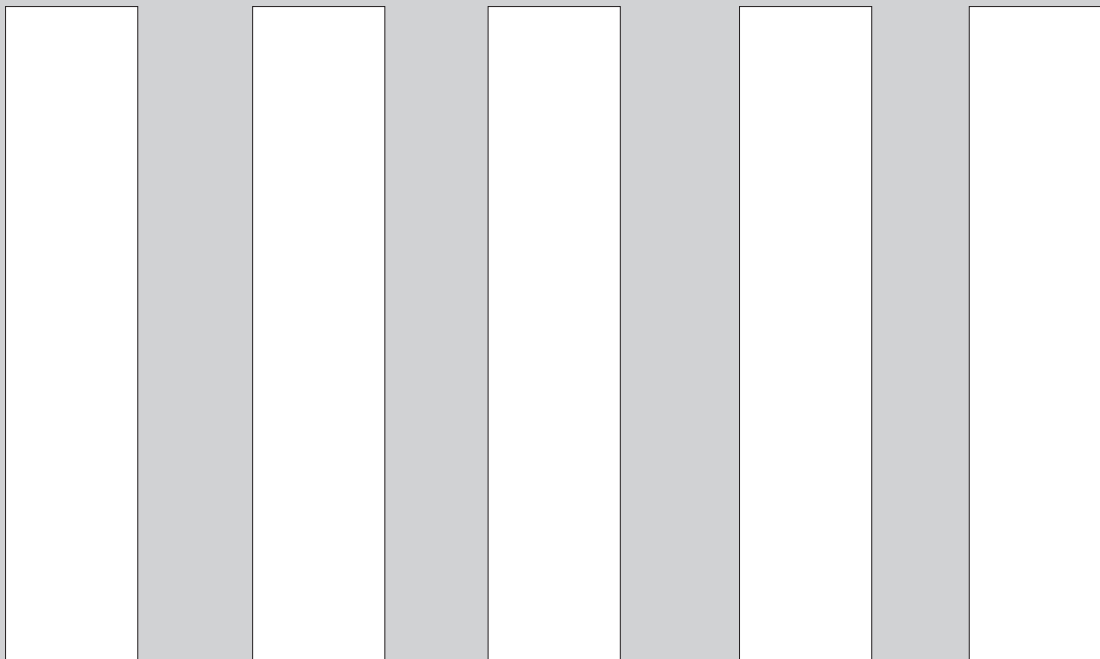
✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/10/2024 13:06:43 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0E88-EC26-8248-54B2>



# **RESPEITE A FAIXA DE PEDESTRE**



**FAÇA SUA PARTE**

**JOÃO PESSOA JÁ  
ESTÁ SE ORGULHANDO**